

Mudanças e permanências: a polêmica sobre o destino da Casa da FEB

Patrícia Ribeiro*

Resumo:

O artigo tem como principal objetivo rever a trajetória da Associação Nacional de Veteranos da FEB (ANVFEB/RJ), também conhecida como Casa da FEB - localizada à Rua das Marrecas nº 35, Lapa, RJ - enquanto uma instituição de *guarda de memória*, desde a sua fundação em 1963. No presente momento, sua existência se encontra ameaçada em função da falta de interesse por parte da iniciativa pública e privada e do acelerado processo de dilaceração do grupo, já em idade avançada, a maioria entre 80 e 90 anos. A Casa da FEB, marcada inicialmente pela necessidade dos ex-combatentes de se organizarem por conta própria para prestar assistência social e auxílio jurídico às viúvas e às famílias de seus membros, foi, à medida que eles envelheciam, se configurando cada vez mais como um *lugar de sociabilidade* que deveria - ou pelo menos era esse o desejo - sobreviver à morte de seus associados, cumprindo a missão de garantir a perenidade da memória construída e consolidada pelo grupo, através do tempo. Neste sentido, torna-se imperativo investigar como os possíveis impactos dessa nova realidade podem vir a alterar significativamente os mecanismos de manutenção da memória preservada pelos ex-combatentes reunidos na Casa da FEB e, até mesmo, silenciar essa versão por eles construída.

Palavras-Chave: Casa da FEB; memória; ex-combatentes

Abstract:

The main goal of this paper is to review the trajectory of the National Association of FEB Veterans (ANVFEB/RJ), also known as House of FEB – sited in Marrecas Street no. 35, Lapa, RJ – as an institution of *guard of memory*, since its foundation back in 1963. Nowadays, its existence is threatened due to the lack of public and/or private interest and to the vanishing of the group of veterans, with ages between 80 and 90 years. The House of FEB, distinguished in the beginning for the necessity of veterans to organize themselves to provide social assistance and legal services to their widowers and families, eventually became, as they were aging, a *place to socialize* that should – or, at least, that was the veterans' desire – survive to the death of their members, accomplishing the mission to perpetuate the consolidated memory of the group. In this sense, it becomes utterly important to investigate how the possible impacts of this new reality may significantly alter the mechanisms of maintenance of the memory preserved by the veterans under House of FEB and, ultimately, silence this memory.

Keywords: House of FEB; memory; veterans

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais - FGV/RJ, no qual desenvolve pesquisa sobre a preservação da memória da Força Expedicionária Brasileira com auxílio de bolsa da FAPERJ. E-mail: patricia.ribeiro@fgvmail.br

É importante começar destacando a iniciativa pioneira da comissão organizadora do I Seminário de Estudos sobre a FEB em promover esse encontro que, espero, seja o primeiro de muitos outros e possa estimular novas pesquisas inspiradas nas questões aqui debatidas. Gostaria, também, de registrar minha satisfação em participar do evento e, assim, ter a oportunidade de conhecer vários trabalhos sobre o tema que, até bem pouco tempo, era bastante carente de pesquisas no meio acadêmico. Ao realizar, no final da década de 1990, a pesquisa que deu origem à minha dissertação de mestrado¹ pude constatar que os trabalhos acadêmicos dedicados a essa área eram escassos e, em sua maioria, se detinham em analisar as relações internacionais que se desenvolveram durante a década de 1940 e os desdobramentos militares de nossa participação na II Guerra Mundial.² Ao lado desta produção, existia, é bem verdade, uma vasta lista de obras memorialísticas – escritas, em grande parte, pelos próprios ex-combatentes e com pouca circulação – e que apenas mais recentemente vem recebendo o investimento que merece. A maioria dos livros relata o cotidiano da guerra e é de autoria de oficiais, embora também existam, em menor número, as produzidas por praças.³ No entanto, nos últimos dez anos, essa situação vem se modificando e o tema tem ganhado fôlego dentro do meio acadêmico. A realização deste seminário, com tantos pesquisadores apresentando variados estudos sobre a FEB, revela uma mudança significativa deste campo historiográfico que conta atualmente com diversos trabalhos acadêmicos.⁴ E, se tem alguma coisa que podemos lamentar nessa mudança, é que exatamente neste momento em que os acadêmicos têm visitado com mais frequência o tema da FEB, os ex-combatentes já estão no final de sua trajetória.

Passados 64 anos do término da II Guerra Mundial, o acelerado processo de dilaceração do grupo, já em idade avançada, a maioria entre 80 e 90 anos, é uma ameaça permanente à manutenção da memória que desejam preservar através de suas

¹ Na qual procurei reconstruir a história da memória dos ex-combatentes da FEB através de entrevistas de história de vida realizadas na Casa da FEB. (RIBEIRO, 1999).

² Entre eles, destacam-se os dos seguintes autores: MOURA (1991), que se detém nas negociações internacionais que precederam a origem da FEB; NEVES (1992), que se dedica à análise mais detalhada do processo histórico de formação da FEB; GAMBINI (1977), tratando dos principais aspectos da política externa brasileira desde a década de 30 até o fim da II Guerra Mundial; e, finalmente, SEITENFUS (1985), sobre a conjuntura política, econômica e social que levou ao Brasil a se envolver na guerra.

³ Dentre estes, são poucos os textos que alcançam uma projeção significativa em meio à literatura de guerra, com destaque para: ARRUDA (1949), que reúne depoimentos de oficiais desmobilizados após a guerra e guarda um forte caráter crítico em relação ao Exército; MORAIS (1947), que apresenta uma visão dos acontecimentos bastante distinta do citado anteriormente; e SILVEIRA (1989), que enfatiza os antecedentes que levaram o Brasil a se envolver na guerra e os “erros” na organização da FEB.

⁴ Como os produzidos por: FERRAZ (2003); MAXIMINIANO (2005) e COSTA (2006).

associações. Principalmente nos últimos dez anos, uma preocupação constante entre eles tem sido: o que fazer com as associações de ex-combatentes, principais lugares de guarda dessa memória, quando os últimos associados morrerem? Em 1996, quando fiz minhas primeiras visitas à Casa da FEB, essa dúvida já era motivo de angústia entre os associados e com o tempo ela só se agravou. A questão é pertinente e necessita de uma solução em curto prazo, já que existem várias associações de ex-combatentes espalhadas por todo o Brasil e todas elas enfrentam, em maior ou menor grau, o mesmo problema. Não tenho, aqui, a pretensão de tratar de todas as associações espalhadas pelo país – o que demandaria um investimento muito maior de tempo diante da diversidade que esse conjunto apresenta – mas, sim, de um caso recente que foi o fechamento da Associação Nacional de Veteranos da FEB (ANVFEB/RJ), também conhecida como Casa da FEB, localizada à rua das Marrecas nº 35, bairro da Lapa, no Rio de Janeiro.

De acordo com a ata da Assembléia Geral da associação realizada no dia 30 de abril de 2008, a Casa da FEB foi fechada em virtude de sua exaustão financeira, decorrente do envelhecimento e conseqüente drástica redução do seu Quadro de Associados, e, principalmente, de não haver recebido qualquer ajuda financeira dos Poderes Públicos da República.⁵ Enfim, depois de muitas tentativas para manter a Casa da FEB aberta, sua direção decidiu dispensar os funcionários no final de maio de 2008 e suspender, temporariamente, a partir de 1º janeiro de 2009, suas atividades, mantendo apenas, no mínimo necessário, o funcionamento da secretaria, tesouraria e contabilidade. A expectativa era de que, nos próximos meses, fosse possível encontrar alguma solução para os problemas que a associação vinha enfrentando. Ainda no final do mês de janeiro, uma parte do problema parecia estar resolvida. Depois de longo processo de negociação entre a diretoria da associação e o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), foi comunicada, em 27 de janeiro de 2009, a transferência do acervo da Casa da FEB para o Museu Militar Conde de Linhares (MMCL), localizado em São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro. O acordo⁶ estabelecia a adoção de algumas medidas envolvendo o DECEX e a diretoria da Casa da FEB. O DECEX, com a ajuda de recursos oriundos do Ministério da Defesa, seria responsável pela construção, no museu, de uma segunda sede da Casa da FEB para abrigar o acervo. A diretoria da associação, por sua vez, aguardaria que o Ministério

⁵ Disponível em <<http://www.anvfeb.com.br>>. Acesso em 18 jun 2009.

⁶ Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/05notic/Informex/2009/esclar1.htm>>. Acesso em 16 jun 2009.

Público aprovasse pequenas alterações em seu estatuto para transformá-la em uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de acordo com a Lei 9.790 de 1999, permitindo, assim, o apoio financeiro por órgãos públicos. A sede da associação, na Rua das Marrecas, continuaria disponível para abrigar a direção e o restante do espaço seria liberado para locação, gerando recursos próprios. Enfim, passados 46 anos de sua fundação, a Casa da FEB teria novo endereço.

A notícia sobre o fechamento da Casa da FEB e a possível transferência de seu acervo para o MMCL foi amplamente divulgada por órgãos de imprensa e na rede mundial de computadores⁷ mas, convém ressaltar, essa decisão foi, e ainda tem sido, motivo de controvérsia e cisão entre os associados. Se para alguns deles a criação de uma nova sede da Casa da FEB no museu é a única alternativa para preservar o acervo, para outros a mudança implica uma descaracterização da associação como um lugar de memória fundamental na definição da identidade do ex-combatente. O episódio culminou com a saída, em meados do mês de maio de 2009, dos membros da diretoria que negociaram com o DECEX a transferência do acervo para o museu. A atual direção, que está exercendo suas funções em caráter provisório, se opõe a essa mudança e tenta buscar alternativas para revitalizar a Casa da FEB. Faz-se necessário levantar aqui uma questão pertinente sobre as disputas travadas no campo das memórias da participação da FEB na II Guerra Mundial: por que essa resistência de parte dos associados em confiar suas memórias à guarda do Exército a despeito de todas as dificuldades que são reconhecidas?

A solução proposta para a revitalização da Casa da FEB seria ampliar o número de associados, permitindo que pessoas interessadas – civis ou militares – na sua preservação pudessem contribuir com o pagamento da mensalidade, atualmente fixada no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), na condição de sócios especiais, aumentando, conseqüentemente, a arrecadação da associação.⁸ Embora se oponha à transferência do acervo, a atual direção pretende dar continuidade à estratégia de transformar a associação em uma OSCIP obtendo, assim, uma segunda fonte de lucro para a

⁷ Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL463446-5601,00-ex-combatentes+da+FEB+fecham+museu+e+associação.html>>. Ver também <<http://www.veteranos.org.br/>> e <<http://cobrafumando.wordpress.com/2008/12/29/o-fim-da-anvfeb-depois-de-45-anos/>>. Acesso em 16 jun 2009.

⁸ Vale destacar que essa estratégia, que já havia sido adotada pela associação nos últimos meses de funcionamento com pouco êxito, foi, a partir de maio, enfatizada através de uma ampla campanha de divulgação para o público em geral como a principal saída para preservação da memória e do acervo da Casa da FEB.

manutenção da Casa da FEB. A intenção era de que, até o final de 2009, se realizem eleições para a indicação de uma nova direção, composta por sócios especiais, que assumiria suas funções a partir de 2010. Segundo os membros da direção, alguns desses novos sócios já manifestaram interesse em assumir tal tarefa, o que é cada vez mais difícil para os ex-combatentes originalmente associados à Casa da FEB em função dos problemas de saúde decorrentes do envelhecimento⁹. A missão primordial dos membros que hoje ocupam os cargos de direção da associação é organizar essa transição através da convocação de eleições, da inscrição das possíveis chapas candidatas e da administração do processo eletivo.

Sendo assim, podemos perceber que, independentemente de qual seja o destino da Casa da FEB, essa polêmica evidencia tanto os obstáculos enfrentados pelos ex-combatentes no presente – momento em que atingiram seu ponto mais crítico na vida – ,como as estratégias que se apresentam para a sobrevivência de sua associação e de sua memória. E, mais grave que isso, revela uma indefinição na trajetória da associação que pode silenciar a memória daqueles que a mantiveram em funcionamento até agora. Diante da importância do episódio, minha proposta neste artigo é refletir sobre os possíveis impactos dessas mudanças nos mecanismos de manutenção da memória construída na associação pelos ex-combatentes. Quais medidas estão sendo adotadas para superar esse problema? Elas serão eficazes na tarefa de atender aos anseios dos ex-combatentes no sentido de preservarem “sua” memória para as gerações futuras? Não pretendo trazer muitas respostas, uma vez que essas mudanças ainda estão em curso e por isso ainda não se podem afirmar com muita clareza seus desdobramentos. Mas, podemos levantar algumas questões, até mesmo porque entre os próprios ex-combatentes não há consenso sobre os melhores rumos a tomar.

Para entender a centralidade da Casa da FEB na preservação da memória dos ex-combatentes é necessário conhecer sua história. A primeira associação de ex-combatentes organizada no Brasil chamava-se Associação de Ex-combatentes do Brasil e foi criada apenas três meses após o retorno da FEB ao Brasil, ou seja, em outubro de 1945. Tinha como sede o Silogeu Brasileiro, situado na avenida Augusto Severo nº 4, no bairro da Glória, no Rio de Janeiro, e, como presidente, o filho do chanceler

⁹ A informação foi obtida em conversa informal durante o I Seminário de Estudos sobre a FEB, em 15 de junho de 2009, no IFCS (UFRJ), no qual alguns membros da direção estiveram presentes.

Oswaldo Aranha¹⁰, Oswaldo Gudolle Aranha, que serviu, na condição de cabo, na artilharia da FEB. Mas, devido ao envolvimento de alguns membros da direção dessa associação com forças políticas ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), Oswaldo Gudolle Aranha, renunciou à presidência. Em 1947, Humberto de Alencar Castelo Branco¹¹ assumiu o cargo. Muitos vieram depois dele e, com o passar do tempo, cresceram as dificuldades para manter a associação apartidária e coesa. Assim, em 1963, a Associação de Ex-combatentes do Brasil se dividiu. Um grupo dissidente fundou o Clube dos Veteranos da Campanha da Itália, cuja sede foi construída em um casarão da rua das Marrecas, nº 35, onde atualmente se localiza a Casa da FEB. A sede foi doada em comodato pelo então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda.¹² Antes de se chamar ANVFEB, a associação passou ainda por duas alterações de nome. Em 1969, adotou o nome de Associação dos Veteranos da FEB e, em 1972, o nome atual. Mas, vale ressaltar que a Associação de Ex-combatentes do Brasil não se dissolveu, e sua sede se localiza atualmente na rua do Lavradio, nº 38, no centro do Rio de Janeiro, num prédio doado em 1954 pelo então ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha. As duas associações contam, ainda hoje, com núcleos espalhados por vários estados do Brasil. A principal diferença entre elas diz respeito ao fato de que na Associação de Ex-combatentes do Brasil eram aceitos todos os ex-combatentes que, de alguma forma, estiveram envolvidos no esforço de guerra – como determinado pela lei nº 616, também conhecida como Lei da praia¹³, que ampliou o conceito legal de ex-

¹⁰ Como Ministro das Relações Exteriores de 1938 a 1944, foi importante defensor da necessidade de uma política de solidariedade continental entre o Brasil e os EUA, frente aos perigos eminentes da guerra, enfrentando forte oposição da facção neutralista do governo Vargas, acusada de simpatizar com o Eixo e que incorporava, entre outros, os generais Eurico Dutra e Pedro Aurélio Góis Monteiro, respectivamente, ministro da Guerra e chefe do Estado-Maior do Exército.

¹¹ Durante a II Guerra Mundial, o então tenente-coronel Humberto de Alencar Castelo Branco fez parte da Seção de Planejamento e Operações da FEB como membro do Estado-Maior da FEB na campanha da Itália e teve sua carreira alavancada no pós-guerra. No final de 1963, quando a suposta ameaça comunista, representada pela figura do então presidente João Goulart, se fazia insustentável na perspectiva norte-americana, os generais Castelo Branco, Oswaldo Cordeiro de Farias – comandante da artilharia da FEB – e Golbery do Couto e Silva – que serviu na FEB como oficial de inteligência estratégica e informações – formaram a linha de frente do movimento que derrubou o presidente e estabeleceu uma ditadura que durou 21 anos. Castelo Branco tornou-se o primeiro presidente do regime militar que se instaurou no país após 1964.

¹² Durante o processo de redemocratização do país, em 1945, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) apoiando a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência, e moveu forte campanha através dos jornais *Correio da Manhã* e, posteriormente, *Tribuna da Imprensa* – de sua propriedade – contra as forças políticas vinculadas ao getulismo.

¹³ Decretada em 2 de fevereiro de 1949, a lei alterou os artigos 1º e 6º da lei nº 288, de 8 de junho de 1948. De acordo com o art. 1º, os oficiais das Forças Armadas que serviram no teatro de guerra da Itália, ou tenham cumprido missões de patrulhamento, vigilância e segurança do litoral, e operações de guerra e de observações em qualquer outro teatro de operações definidas pelo Ministério respectivo, inclusive nas ilhas de Trindade, Fernando de Noronha e nos navios da Marinha de Guerra, que defenderam portos

combatentes. Já na Casa da FEB só eram aceitos como membros os ex-combatentes que estiveram no Teatro de Operações na Itália, ou seja, um grupo menor e que se entendia como, digamos, os “verdadeiros” ex-combatentes: os que participaram, de fato, da guerra no front europeu.

Antes de abrigar a Casa da FEB, o casarão da rua das Marrecas passou por uma grande reforma e foi transformado, com recursos levantados pelos próprios ex-combatentes, num pequeno prédio de cinco andares. No primeiro piso, ficava a portaria e o Museu do Ex-Combatente, que mantinha, em exposição permanente, armas, uniformes, bandeiras e outros equipamentos utilizados pelas tropas brasileiras na campanha da Itália, além de objetos que foram apreendidos dos alemães feitos prisioneiros. No segundo andar, ficava o Museu da Imagem e do Som, a biblioteca e um pequeno auditório, utilizado para as reuniões dos associados. Tanto o acervo do Museu da Imagem e do Som – onde encontramos, entre outros documentos, fotos, postais, correspondências e depoimentos gravados – quanto o da biblioteca – que conta com exemplares como diários, depoimentos e outras reminiscências produzidas por praças e oficiais, e também com obras consagradas sobre a FEB, como aquelas produzidas pelo alto comando – foi formado, em grande parte, pela documentação doada pelos próprios associados. O terceiro andar ficou reservado ao lazer dos associados. O grande salão foi dividido em dois ambientes: uma sala de jogos, em outros tempos muito freqüentada pelos parceiros do carteadado, e uma sala de convivência, onde alguns deles se reuniam assiduamente para conversar sobre todas as coisas, e, é claro, relembrar episódios da guerra. O resultado dessa prática era uma permanente (re)construção e atualização da memória preservada pelo grupo. No quarto andar encontra-se o setor de assistência social e jurídica. A Casa da FEB, durante toda a sua existência, prestou auxílio às viúvas e às famílias de ex-combatentes, esclarecendo dúvidas e orientando sobre os procedimentos que deveriam ser adotados. De todas as seções da Casa da FEB, essa sempre foi a mais freqüentada pelos associados, mesmo aqueles que não tinham o hábito de comparecer aos encontros semanais ou participar dos eventos promovidos

nacionais em zonas de operações de guerra, passaram a ser considerados ex-combatentes. Assim, quando fossem transferidos para a reserva remunerada, ou reformados, esses oficiais seriam previamente promovidos ao posto imediato, com os respectivos vencimentos integrais. Posteriormente, em 12 de setembro de 1967, foi instituída a lei nº 5.315 regulamentando o art. 178 da Constituição do Brasil que dispõe sobre os ex-combatentes da II Guerra Mundial, definindo os termos nos quais poderiam comprovar legalmente sua condição.

pela associação, quer por motivos de doença, quer por falta de interesse. No quinto e último andar, encontramos o setor administrativo e a sala da direção.

A alta frequência dos ex-combatentes ao setor de assistência indica o quanto se sentiram desamparados após a desmobilização da FEB e como foi problemática essa fase de readaptação social. A tentativa de suprir essa carência foi um dos principais objetivos da fundação da Casa da FEB, assim como da maioria das associações deste tipo. Mas ele não foi único. A necessidade de criar uma entidade que representasse seus interesses junto às autoridades competentes, e que, ao mesmo tempo, fosse também uma referência para criar e reforçar a identidade de ex-combatente preservando sua memória, foi outro objetivo que impulsionou a proliferação das associações pelo país. Após a traumática desmobilização das tropas no retorno ao Brasil, eles se depararam com dois grandes desafios: a rearticulação do grupo dispersado após o desembarque e a construção de sua nova identidade, baseada no binômio combatente/ex-combatente. Assim, na medida em que passava o tempo e que se somavam conquistas de benefícios assegurados por lei, a associação foi se configurando cada vez mais como um *lugar de sociabilidade* fundamental para a preservação da identidade do grupo, sendo a guardiã de sua memória.

Os motivos que levaram o governo a promover essa desmobilização envolvem desde questões políticas, como a ameaça que representava à continuidade do Estado Novo (1937-1945), até questões militares, que dizem respeito às dificuldades operacionais de incorporação do efetivo da FEB. Com o curso da guerra e o retorno das tropas, a manutenção da política interna ditatorial ficava insustentável. O final da guerra trazia, para o governo, a certeza de que a redemocratização era inevitável e que o retorno da FEB ao país contribuiria para acelerar este processo. A FEB passou a ser, então, uma espécie de presença indesejada para a ditadura varguista e também para o Exército, projetando lideranças, criando áreas de tensão interna, ou seja, conturbando a hierarquia militar em um momento evidentemente delicado no plano político. A desmobilização efetiva das tropas acabava, em parte, com estas questões. Mas, para além das razões que levaram à desmobilização, cabe chamar a atenção para a conduta do governo nesse episódio. A maneira como as tropas foram rapidamente desmobilizadas e os desdobramentos desse ato causaram profundos ressentimentos entre os ex-combatentes.

Passada a euforia do desfile apoteótico após o desembarque das tropas da FEB no Brasil, os ex-combatentes foram obrigados a enfrentar uma longa lista de decepções, que começou com a proibição do uso do uniforme da FEB e o descaso na entrega das medalhas e condecorações. Mas, esses foram apenas os primeiros eventos que amargaram a vida dos ex-combatentes nos anos do imediato pós-guerra. Após a desmobilização da FEB, apenas os oficiais puderam optar por permanecer nos quadros do Exército; aos soldados e cabos não foi oferecida essa possibilidade¹⁴. Justamente esses, que talvez fossem os mais interessados em seguir a carreira militar em função da estabilidade profissional que ela poderia oferecer, foram obrigados a retornar à vida civil. Ainda profundamente abalados pela experiência da guerra, enfrentavam uma dupla rejeição: o Exército os tinha dispensado e a sociedade também não estava preparada para recebê-los. E se, para os ex-combatentes civis, esse período foi especialmente difícil porque, entre outras coisas, não conseguiam emprego, sofriam com as sequelas da guerra e com o atendimento médico precário, para aqueles oficiais que optaram em seguir a carreira militar o pós-guerra não foi menos traumático. A hostilidade com que foram recebidos pelos militares não-febianos, a tentativa de desestimulá-los a permanecer no Exército designando-os para unidades militares bastante distantes de suas casas e as resistências que encontraram na progressão da carreira militar, foram obstáculos que não favoreceram em nada sua readaptação. Desta forma, era fundamental rearticular o grupo e construir uma nova identidade, fundada em sua memória da guerra, que possibilitasse um tipo de reintegração à sociedade. As emoções que foram experimentadas intensamente durante a guerra não podiam ser esquecidas ou sufocadas, pois já faziam parte da trajetória de vida destes homens, transformando para sempre suas visões de mundo. É preciso levar em conta que, antes da guerra, a maioria deles desempenhava funções variadas, ligadas ou não ao universo militar, mas nem sequer cogitavam a possibilidade de se envolverem no episódio. Com a entrada das tropas brasileiras no conflito, tiveram que assumir uma nova identidade imposta pela situação de guerra: a de combatentes. Certamente isso não anulava suas experiências anteriores, mas influenciaria definitivamente a forma de encará-las. Após a experiência da guerra, muitas convicções são revistas, adquirem novos significados, são banidas ou enfatizadas. É um momento de reflexão e descoberta em que os indivíduos

¹⁴ O aviso ministerial nº 217-185, de 6 de julho de 1945, estabeleceu as medidas que instruíram a desmobilização da FEB.

precisam conjugar os elementos que compunham suas “identidades anteriores” para, assim, construir outra identidade, conforme sua nova realidade de ex-combatente.

Desta forma, podemos dizer que a desmobilização é o grande marco na trajetória dos ex-combatentes e na própria história das associações. É ele que faz a passagem entre a condição de combatente e ex-combatente; no caso, uma passagem traumática, como o fora a guerra. A criação da Casa da FEB se apresentava, assim, como uma solução que atenderia, a um só tempo, aos anseios emocionais – ao promover a integração social entre os ex-combatentes – e aos anseios materiais – providenciando, na medida do possível, empregos para os ex-combatentes civis, orientação jurídica ou atendimento médico e psiquiátrico para os companheiros necessitados – com a intenção de promover sua readaptação à sociedade, já que nem o Exército nem o governo se mobilizaram o suficiente para isto. Apesar de terem empreendido algumas tentativas, como a Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas (CRIFA), criada em 1945 e fechada nos anos 70, e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942, elas não foram eficazes na tarefa de readaptar os ex-combatentes (FERRAZ, 2003).

Assim, podemos concluir que as associações de ex-combatentes foram criadas, em parte, para suprir a ineficiência dos órgãos que deveriam promover essa reintegração. E que, portanto, a criação e manutenção da Casa da FEB foi fruto primordial do empenho e dedicação dos próprios ex-combatentes. Durante a pesquisa do mestrado, os ex-combatentes entrevistados afirmavam com orgulho que a Casa da FEB havia sido fundada por iniciativa do próprio grupo, sem interferência ou participação do Exército. Ainda que seja necessário relativizar essa afirmação, uma vez que parte do acervo que compõe o Museu do Expedicionário foi doada pelo Exército, que em outros momentos também prestou auxílio à Casa da FEB, não se pode desconsiderá-la. É fundamental avaliar o que essa “ajuda” representa efetivamente diante de um esforço coletivo de mais de 60 anos de dedicação dos ex-combatentes à Casa da FEB. Também não se pode esquecer que em tantas outras situações as solicitações da associação não foram atendidas, especialmente durante a difícil fase de readaptação à sociedade, quando os ex-combatentes mais precisavam de auxílio. Talvez isso explique, em alguma medida, o fato de que, nessa época, as associações tiveram um caráter mais combativo nas lutas por amparo material e reconhecimento público dos ex-combatentes, e com o passar do tempo, principalmente após os benefícios previstos nas

Constituições de 1967 e 1988¹⁵, essa combatividade foi dando espaço a uma tendência mais conciliatória nas relações com o Estado e o Exército, que são, em parte, explicadas pelo passar do tempo.

Vale ressaltar que, apesar da direção da associação manter relações amistosas o Exército, elas não são isentas de tensões. Justamente por isso, ao afirmarem que o Exército não tem nenhuma ligação com a associação, os ex-combatentes não estão querendo impor uma ruptura. Nem poderiam, uma vez que é no seu envolvimento com o Exército que, em grande parte, é construída sua identidade ex-combatente. Isso é válido, em especial, para aqueles que se encontram reunidos na Casa da FEB, indicando a centralidade da experiência de guerra em suas trajetórias. Convém destacar que essa tensão não se limita às relações “mais objetivas” entre o Exército e a associação; ela se reproduz no campo das memórias sobre a participação da FEB na II Guerra Mundial. As negociações que se travam nesse campo são marcadas pelas disputas entre – o que poderíamos chamar de – versão institucional, na medida em que é consolidada pelo Exército, e a versão dos ex-combatentes, preservada pela Casa da FEB. Mas, ainda assim, cabe ressaltar que também essas versões, internamente, não se constroem sem conflitos. Neste sentido, as disputas no campo das memórias sobre a FEB ocorrem não apenas entre as versões do Exército e dos ex-combatentes, mas, especificamente, dentro delas. Isso fica visível, principalmente, quando consideramos as distinções entre ex-combatentes civis e militares e sua posição na hierarquia militar. A construção dessas memórias dependerá, como era de se esperar, de suas experiências pessoais, com destaque para as vividas durante a guerra. Em geral, as críticas ao Exército variam de acordo com o posto que o ex-combatente ocupa ou ocupou. É preciso levar em conta também, que a hierarquia militar impõe certos constrangimentos de ação devido à necessidade de submissão a regras e, em alguns casos, ao abuso de autoridade, criando insatisfações. Assim, a graduação militar do indivíduo altera, não apenas a natureza de suas críticas, mas sua intensidade.

Desta forma, fica evidente que tratar a memória sobre a guerra como um todo indivisível é um equívoco teórico-metodológico. A memória de um grupo não é um núcleo indiviso que se mantém isolado de determinado contexto social, mas um

¹⁵ Entre os quais podemos destacar: estabilidade no serviço público; aproveitamento no serviço público, sem a exigência de concurso, com estabilidade; aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, em qualquer regime jurídico; assistência médica, hospitalar e educacional, se carente de recursos; prioridade na aquisição da casa própria, para os que não a possuem ou para suas viúvas ou companheiras e em caso de morte, pensão à viúva ou companheira ou dependente.

processo contínuo, construído no decorrer do tempo histórico. As memórias são múltiplas, porque variam, não apenas em função das experiências individuais, mas, também, de acordo com o tempo presente. No caso das memórias sobre a participação da FEB na II Guerra Mundial, ignorar essa multiplicidade implicaria em construir uma história equivocada da memória dos ex-combatentes, e dela perder o elemento propulsor: o debate entre as versões (RIBEIRO, 1999).

Certamente, o processo de negociação entre as memórias é complexo e escapa a qualquer tipo de explicação simples e definitiva. No entanto, podemos afirmar que, se em alguns pontos estas memórias se apresentam socialmente “divididas” (PORTELLI, 1996) – como no caso da avaliação que diversos atores sociais envolvidos nos episódios de mobilização e desmobilização da FEB fazem do comando militar e do Estado –, em outros elas se aproximam – como no caso das conquistas da FEB no front italiano. Assim, se, por um lado, percebemos que elas coincidem, porque exaltam, com a mesma intensidade, os feitos e a bravura do soldado brasileiro nos campos de batalha, por outro, notamos que elas são também “memórias divididas”, tendo sentidos distintos e conflitantes.

A polêmica sobre o destino da Casa da FEB se constitui, assim, num evento privilegiado para a análise dos debates que se desenvolvem no campo das memórias sobre a participação da FEB na II Guerra Mundial, na medida em que revela, claramente, embora passados tantos anos, essas tensões. Se, por um lado, a transferência do acervo da Casa da FEB para o museu poderia garantir a sobrevivência da memória preservada pela associação, por outro, ela poderia, igualmente, ocasionar o seu silenciamento. A transferência “física” da guarda de memória é vivida como a morte do trabalho de construção da versão memorial em disputa com o Exército. Tais reflexões nos permitem levantar algumas questões sobre os efeitos das possíveis mudanças nos processos de manutenção dessas memórias.

Em primeiro lugar, a transferência do acervo, se concretizada, estaria longe de representar apenas um deslocamento geográfico. A criação de uma nova Casa da FEB poderia ser encarada, ao mesmo tempo, como um marco de mudança e permanência na história da associação. Se, por um lado, podemos dizer que haveria mudança na medida em que a concretização do projeto de preservar o acervo da Casa da FEB seria viabilizada pela aproximação mais recente entre o Exército e a direção da associação – diferentemente do que aconteceu na época de sua fundação –, por outro, haveria

também permanência, uma vez que a associação, seu acervo e sua memória foram construídos por iniciativa dos próprios ex-combatentes, independentes do apoio do Exército ou de outros órgãos públicos. Em segundo lugar, ainda que a preservação do acervo sobreviva de alguma maneira ao fechamento da Casa da FEB e à morte dos ex-combatentes, é inegável que o “espírito” da associação fatalmente se perderá, segundo parte deles. São esses homens que dão vida a ela, transformando aquele espaço de convivência em uma memória viva dos tempos da guerra. Seu empenho e dedicação dificilmente serão repetidos com a mesma intensidade. Decorrem dessa algumas outras questões que dizem respeito ao tratamento arquivístico que o acervo receberia no museu. É fundamental observar que, entre as diversas práticas de arquivamento, destaca-se o que poderíamos chamar de intenção autobiográfica (ARTIÈRES, 1998). Isso equivale a dizer que essas práticas não são neutras e nos permitem fundar, através da consolidação de memórias, mecanismos de resistência. Nesse sentido, a constituição do acervo da Casa da FEB deve ser encarada como a escrita de uma autobiografia coletiva, na qual o acervo representa a própria materialização da memória preservada pela associação, conferindo-lhe extrema importância no projeto de eternizar essa versão. Seria possível, devido às condições de alocação e conservação do material, respeitar sua organização original? Qual seria a importância e, principalmente, o significado que o museu atribuiria a esse acervo? Vale ressaltar que, em se tratando de uma instituição destinada à preservação da memória militar, na qual é muito recorrente uma visão nacionalista e exaltadora de seus heróis, o museu, ao receber esse acervo – notadamente de cunho memorialístico – daria “voz” às memórias dos ex-combatentes independentemente das críticas que pudessem apresentar? Para concluir, é importante lembrar que a possibilidade de criação de uma nova sede para a Casa da FEB poderia resolver o problema da preservação do acervo sobre a FEB na II Guerra Mundial, mas isso não garantiria a perenidade da memória preservada pela associação. Todos que já tiveram a experiência de mudar de casa hão de reconhecer que esse é um processo que envolve o ganho de novos elementos, mas também a perda de outros que ficam para trás. É necessário um tempo para se reacomodar, para se sentir em casa outra vez – o que em algumas vezes nunca chega a acontecer. Resta a dúvida se isso seria possível no caso desses ex-combatentes, seja pela imposição do tempo, seja pelas inúmeras dificuldades inerentes a qualquer processo de readaptação.

Bibliografia

- ARRUDA, Demócrito C. et al. *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB*. Rio de Janeiro: Cobraci, 1949.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.11, n. 21, 1998.
- COSTA, Márcio B. *A memória entre duas guerras: uma história da memória dos veteranos da FEB*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2006.
- FERRAZ, Francisco C. A. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da FEB (1945-2000)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.
- MAXIMINIANO, César C. *Trincheiras da memória: brasileiros na campanha da Itália, 1944-1945*. 2005 Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- MORAIS, J. B. Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. São Paulo: Ipê, 1947.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- _____. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a segunda guerra mundial*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.
- NEVES, Luis Felipe da S. *A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- RIBEIRO, Patrícia da S. *As batalhas da memória: uma história da memória dos ex-combatentes brasileiros*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.
- SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930 - 1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.
- SILVEIRA, Joaquim X. *A FEB por um soldado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.